O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Déda.

O SR. MARCELO DÉDA (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui defender que a matéria seja discutida artigo por artigo por ser este o método que permite a esta Casa analisar a razão mesma desse projeto. Quero dizer aos senhores que este projeto representa a tentativa de fraudar uma disposição constitucional. Portanto, muito mais do que uma propositura, ele é um cadáver legal. Recomenda a anatomia que se proceda à necropsia apreciando parte por parte do cadáver para conhecer a doença que lhe afligiu.

É óbvio que, ao justificar por que deveremos realizar a necropsia desse cadáver jurídico, terei de entrar no tema. E entrarei, Sr. Presidente, para dizer que esse projeto não tem nenhuma outra utilidade a não ser oferecer um álibi que sirva de consolo aos Srs. Deputados da base governista, que estão sendo constrangidos a votar contra o salário mínimo de 177 reais. Esse projeto só tem essa utilidade. Como a Constituição não abriga nenhuma espécie de álibi, foi preciso construir uma interpretação forçada e, **data maxima venia**, abusiva do que diz o parágrafo único do art. 22.

É óbvio que a União pode delegar aos Estados legislação sobre matéria trabalhista, mas logicamente o piso salarial mencionado no art. 7º, inciso V, não é o que se apresenta, até porque esse é um projeto inócuo. Por isso queremos votá-lo parte a parte.

Em primeiro lugar, ele não se aplica a nenhuma categoria que já tenha piso salarial definido em lei. Daí já saem milhões de trabalhadores. Em segundo lugar,

ele não se aplica a nenhuma categoria que realizou convenção ou acordo coletivo sobre o piso aplicado a ela — milhões de trabalhadores mais deixam de ser alvo da sua aplicação. Terceiro, ele não é aplicável aos funcionários públicos municipais. Depois, talvez, quem sabe, pode ser que seja aplicado às empregadas domésticas. Então, trata-se de uma fraude. É um cadáver jurídico, e não há brilhantismo constitucional que ponha alma nesse cadáver, porque o objetivo dele é fraudar a Constituição para agradar a algumas consciências cheias de remorso, que têm medo de encarar a classe trabalhadora lá fora.

Ademais, Sr. Presidente, chamo a atenção de V.Exas. para o seguinte: sabem, no fundo, para que serve esse projeto? Apenas para prejudicar os aposentados, para não lhes oferecer um salário mínimo mais decente, porque alegam que vai quebrar a Previdência e fazem análise de guarda-livros e não de estadistas. Sabe por quê? Porque imaginam que, pagando salário mínimo aos aposentados, estão jogando dinheiro fora, que os velinhos não merecem. Açam que é desperdício pagar um salário mínimo justo aos aposentados. Consideram que isso é jogar dinheiro fora, porque estão totalmente entregues à lógica neoliberal de chefes de livros, de contadores da pior categoria, liderados por esse monumento à insensibilidade humana chamado Pedro Malan, esse homem que disse: "Dá que sobra". É esse o slogan de Malan 2002. Salário mínimo dá que sobra.

Disse bem o Deputado Walter Pinheiro, o aposentado hoje, mais que um arrimo de família, por causa do desemprego, é um arrimo dos Municípios. Leiam essa publicação da ANFIP. Leiam os estudos da ANFIP sobre a influência dos benefícios previdenciários nos Municípios brasileiros.

Sr. Presidente, concluirei, justificando a votação por partes, com o exemplo do Estado de Sergipe — e há Estados muito mais pobres do que Sergipe no Nordeste e no norte do Brasil. Do total de 75 Municípios no meu Estado, em 41, mais da metade, o valor dos benefícios pagos pela Previdência é superior à parcela do Fundo de Participação dos Municípios enviada pela União. Quer dizer, melhorar os benefícios dos aposentados não é jogar dinheiro fora, Sr. "Pedro Insensível Malan". Melhorar os benefícios dos aposentados é também uma forma de aquecer a economia e o comércio dos pequenos Municípios. Estão aqui os dados, a comparação Município por Município do Brasil, mostrando quanto chega pelo Fundo de Participação dos Municípios e quanto de dinheiro entra na economia simplesmente pelo pagamento de benefícios a aposentados. Apunham-se os aposentados, mas quem sangra também são os Municípios, que terão sua economia encolhida e suas possibilidades de crescimento frustradas.

Daí, Sr. Presidente, termos de votar parte a parte, porque este projeto é uma fraude, é um cadáver jurídico. Vamos pegá-lo parte por parte e lançá-lo onde merece: no lixo da história.